

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2018

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em atendimento ao dispositivo na lei 9.656 e instruções normativas do órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, divulgamos neste ato o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda, sob o registro de Operadora ANS 41.275-9, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Política de Destinação de Lucros:** A Terramar Administradora de Planos de Saúde LTDA, preza pelo reinvestimento dos resultados advindos em operação, com fito em atender as garantias inerentes à sua atividade principal e a sustentabilidade da Operadora. **Negócios Sociais e Principais fatos internos e/ou externos:** Nos últimos 4 anos o Brasil foi afetado por uma crise política e econômica de grandes proporções e importante repercussão na empregabilidade, sobretudo, na região Nordeste. Este fato afeta diretamente o segmento de Saúde Suplementar, pois, 80,5% dos beneficiários do setor originam-se de planos empresariais e coletivos por adesão. Esta realidade para a Terramar é de grande impacto, pois, 100% dos seus beneficiários pertencem aos produtos coletivos empresariais. Apesar da discreta reação econômica experimentada em 2018, percebeu-se a estagnação do setor. Mesmo diante desse cenário pouco favorável, a Terramar apresentou reação positiva comparada aos dois últimos anos. **Perspectivas e Planos para o Ano de 2019:** Desde o primeiro trimestre de 2018 a Terramar implantou ações com o objetivo principal de crescer o número de beneficiários, analisando de forma criteriosa a melhor relação de risco e resultados, associado à revisão do preço praticado e nos casos indicados, aplicando os devidos reajustes. As ações implantadas incluiram, também, a renegociação com prestadores de serviços credenciados, sempre pautado na oferta da melhor qualidade e eficiência, contribuindo para atenuação de risco. Acompanhando o movimento natural de mercado indicado pelo SEBRAE a operadora ampliará o repertório de produtos, visando atender as micro e pequenas empresas, uma vez que grande concentração do PIB brasileiro está concentrado nessa categoria de empresas. E seguirá com plano de ação para fortalecimento das parcerias com os prestadores visando potencializar o crescimento. **Capacidade**

Financeira e a intenção de manter títulos e valores mobiliários: A Terramar reassume o inarrável compromisso e declara, para os devidos fins, que manterá os títulos e valores mobiliários até o vencimento. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros, rede credenciada, fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em incansáveis esforços que redundam na Administração efetiva e conjunta com colaboradores indispensáveis para resultado obtido.

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-e-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,adOfc70646467410VgnVCM2000003c74010aCRD>

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-11-milhao-de-desempregados-e-lidera-ranking-de-desalentados/>

<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/18/em-4-anos-de-crise-33-milhoes-de-brasileiros-desistiram-de-procurar-emprego-revela-ibge.ghtml>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/brasil-caminha-para-decada-com-crescimento-mais-fraco-em-120-anos.ghtml>

(=) RESULTADO DAS OP C/PLANOS ASS SAÚDE

Receitas de Assist. Saúde Não Rel. c/ Planos de Saúde da OPS

Outras Receitas Operacionais

Outras Despesas Oper. com Plano de Assist. à Saúde

Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde

Provisão para Perdas sobre Créditos

(=) RESULTADO BRUTO

Despesas de Comercialização

Despesas Administrativas

Resultado Financeiro Líquido

Receitas Financeiras

Despesas Financeiras

Resultado Patrimonial

Receitas Patrimoniais

Despesas Patrimoniais

RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES

791.951,74

(3.243.494,20)

Imposto de Renda

(355.153,16)

Contribuição social

(136.495,15)

Participações sobre o Lucro

RESULTADO LÍQUIDO

300.303,43

(3.243.494,20)

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

2018

2017

BALANÇO PATRIMONIAL - ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO (Em R\$)	PASSIVO (Em R\$)	
	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	8.952.289,87	10.932.783,11
Disponível Realizável	315.133,28	54.967,76
Aplicações Financeiras	6.573.556,77	7.347.456,11
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	6.573.556,77	-
Aplicações Livres	-	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.045.172,35	2.581.006,28
Contraprestações Pecuniárias a Receber	1.045.172,35	2.581.006,28
Créditos Tributários e Previdenciários	206,64	303.566,37
Bens e Títulos a Receber	1.018.220,83	645.786,59
Despesas Antecipadas	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.941.414,60	13.242.258,28
Realizável a Longo Prazo	345.653,34	445.704,20
Depósitos Judiciais e Fiscais	345.653,34	445.704,20
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
Investimentos	12.547.631,69	12.738.462,05
Imóveis Destinados a Renda	12.547.631,69	12.738.462,05
Outros Investimentos	12.547.631,69	12.738.462,05
Imobilizado	47.582,70	57.340,08
Imobilizado de Uso Próprio	47.582,70	57.340,08
Não Hospitalares	47.582,70	57.340,08
Intangível	546,87	751,95
TOTAL DO ATIVO	21.893.704,47	24.175.041,39
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.472.300,00	19.060,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Aumento de Capital Social	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Resultado Abrangente Total	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.472.300,00	19.060,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Aumento de Capital Social	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Resultado Abrangente Total	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.472.300,00	19.060,00
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO		
DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	(Em R\$)	
	2018	
	2017	
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	300.303,43	(3.243.494,20)
(+) Depreciação/Amortização	198.274,77	181.433,14
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.965.670,20	(698.015,00)
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(1.918.801,43)	78.787,11
Ajustes Imobilizado	2.518,05	-
RESULTADO AJUSTADO (Aumento) Diminuição nos Ativos	547.965,02	(3.681.288,95)
Aplicações	773.899,34	952.255,82
Créditos de Operações com planos de Assistência à Saúde	1.535.833,93	(380.165,72)
Créditos Tributários e Previdenciários	303.359,73	(85.185,78)
Bens e Títulos a Receber	(372.434,24)	(383.405,60)
Despesas Antecipadas	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	100.050,86	298.666,26
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo	-	-
Imobilizado - Outros	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	-
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	-	-
Títulos Descontados	2.316.671,33	-
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(143.358,58)	(143.780,93)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(941.702,56)	-
Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.231.610,19	856.219,07
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	260.165,52	(444.417,08)
CAIXA - Saldo Inicial	54.967,76	499.384,84
CAIXA - Saldo Final	315.133,28	54.967,76
Ativos Livres no Início do Período	54.967,76	499.384,84
Ativos Livres no Final do Período	315.133,28	54.967,76
Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	260.165,52	(444.417,08)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
	(Em R\$)	
	2018	
	2017	
Aumento (Diminuição) nos Passivos	(3.860.119,31)	1.978.487,82
Resultados Operacionais	300.303,43	(3.243.494,20)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(897.756,29)	1.583.195,71
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	29.562,37	(468.571,85)
Provisões	55.754,18	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(3.030.733,69)	464.673,10
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Débitos Diversos	(116.793,38)	118.218,90
Provisões para Ações Judiciais	99.847,50	280.971,96
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(971.444,67)	(1.300.636,15)

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	2018	2017
Aumento (Diminuição) nos Passivos	(3.860.119,31)	1.978.487,82
Resultados Operacionais	300.303,43	(3.243.494,20)
(+) Depreciação/Amortização	198.274,77	181.433,14
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.965.670,20	(698.015,00)
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	(1.918.801,43)	78.787,11
Ajustes Imobilizado	2.518,05	-
RESULTADO AJUSTADO (Aumento) Diminuição nos Ativos	547.965,02	(3.681.288,95)
Aplicações	773.899,34	952.255,82
Créditos de Operações com planos de Assistência à Saúde	1.535.833,93	(380.165,72)
Créditos Tributários e Previdenciários	303.359,73	(85.185,78)
Bens e Títulos a Receber	(372.434,24)	(383.405,60)
Despesas Antecipadas	-	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	100.050,86	298.666,26
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL A TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA, com sede na Avenida Concêntrica, 04, Camaçari de Dentro, Camaçari - BA, sendo uma sociedade empresária limitada, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro. A sociedade tem por objetivo social a atividade de serviços de administração de plano de assistência médica e de odontologia, medicina ocupacional, atendimento a pacientes em UTI móvel e ambulância e em outros serviços auxiliares à saúde, com registro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A administração da operadora autorizou a elaboração e conclusão das demonstrações contábeis em 29/mar/2019, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Ajuste a valor presente Os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, são ajustados a valor presente, tornando por base a origem da transação, quando relevantes.

b) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") A Lei número 11.638/2007 e posteriores alterações determina análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. A Entidade por meio de laudos técnicos, identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício. Para os bens móveis foram elaborados laudos no exercício de 2018. E para os bens imóveis, a entidade amparada com base no laudo realizado para fins de integralização desses bens ao capital social ocorrida no exercício de 2016, em 2018 não constatou necessidade de elaboração de novo laudo, em face de não haver indícios de desvalorização dos referidos bens durante esse período.

c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e atualizações monetárias.

d) Passivo Circulante e Não Circulante Está representado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando conhecidos.

e) Regime de Escrituração: É adotado o regime de competência para o regime das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

f) Depreciações e amortizações: Os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base em taxas determinadas na expectativa de vida útil e econômica dos bens e permitidas pela Legislação do Imposto de Renda.

NOTA 04. DISPONÍVEL Está representado por numerários em caixa e em bancos conta depósitos.

NOTA 05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS Representadas por aplicações de renda fixa, registradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com saldo de R\$ 5.093.095,26 vinculadas junto a ANS, para cobertura das provisões técnicas, e por montante de R\$ 1.480.461,51 destinado a garantir a Provisão de Eventos a Liquidar - PEL, em atendimento as RN's 392/2015, 393/2015 e 419/2016.

NOTA 06. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Estão registrados como Créditos de Operações de Planos de Assistência à Saúde, valores a receber referente contraprestações pecuniárias, contabilizadas pela emissão e não recebidas até a data do balanço, no montante de R\$ 5.035.542,34 deduzidos de provisão para perdas sobre créditos no valor de (R\$ 3.990.369,99), resultando em saldo líquido na ordem de R\$ 1.045.172,35 em 31.12.2018 (R\$ 2.581.006,28 em 31.12.2017).

A administração da operadora julga o saldo do PPSC constituido, que representa 79,24% dos valores em aberto, suficiente para cobrir eventuais perdas no recebimento dos créditos a receber.

NOTA 07. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS Representados por:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
IRRF a Compensar	-	83.538,37
IRPJ a Compensar	-	79.416,07
ISS a Compensar	206,64	206,64
Pedágio Parcelamento PERT - Demais Débitos	-	140.405,29
Total	206,64	303.566,37

NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Representados por:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Funcionários	26.128,25	11.627,52
Adiantamentos Diversos	-	362.878,82
Convênios Abono Salarial	18.402,90	18.402,90
Retenções de Terceiros a Descontar	48.635,40	48.558,92
Outros Créditos a Receber	925.054,28	204.318,43
Total	1.018.220,83	645.786,59

NOTA 09. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

Estão representados por:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	-	27.108,26
Outros Bloqueios Judiciais	345.653,34	418.595,94
Total	345.653,34	445.704,20

NOTA 10. INVESTIMENTOS Representados por Imóveis - Edificações, no montante de R\$ 12.547.631,69 em 31.12.2018 (R\$ 12.738.462,05 em 31.12.2017). Os Imóveis - Edificações em uso estão sendo depreciados a taxa de 4% ao ano, cujas taxas são julgadas pela administração tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada desses bens. Informamos ainda que os dois imóveis integrados ao patrimônio da empresa em 30/09/2016 estão em processo de regularização das escrituras devido trâmites burocráticos junto à Prefeitura e Cartórios.

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	3.729.241,36	-	3.729.241,36	3.729.241,36
Edificações	9.247.758,64	429.368,31	8.818.390,33	9.009.220,69
Total	12.977.000,00	429.368,31	12.547.631,69	12.738.462,05

NOTA 11. IMOBILIZADO O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, ajustados por encargos de depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2018, calculados a taxas usuais permitidas pela legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Máquinas e Equipamentos	18.376,14	9.362,99	9.013,15	10.179,31
Informática	110.005,06	90.695,70	19.309,36	24.387,70
Móveis e Utensílios	44.067,91	24.807,72	19.260,19	22.773,07
Total	172.449,11	124.866,41	47.582,70	57.340,08

NOTA 12. INTANGÍVEL Representado por Marcas Comerciais e por Sistemas de Computação "softwares", registrados ao custo de aquisição, ajustados por amortização a taxa de 20% a.a.

Descrição	31.12.2018		31.12.2017		Descrição	31.12.2018		31.12.2017	
	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual		Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Sistemas de Computação e Softwares	65.000,00	65.000,00	-	-	TOTAL			9.750.142,52	7.484.168,89
Marcas e patentes	2.050,79	1.503,92	546,87	751,95					
Total	67.050,79	66.503,92	546,87	751,95					

NOTA 13. PROVISÕES TÉCNICAS - Circulante e Não Circulante A operadora constituiu as Provisões Técnicas estabelecidas pela ANS, conforme RN 393/2015, com observância da RN 274/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Provisão de Eventos a Liquidar - Ressarcimentos ao SUS Curto e Longo Prazo (i)	4.117.658,53	4.303.949,80
Provisão de Eventos a Liquidar - Outros Prestadores (ii)	2.233.962,04	2.022.421,56
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA (iii)	1.638.577,36	2.561.582,86
TOTAL	7.990.197,93	8.887.954,22

(i) Refere-se a cobranças de Ressarcimentos ao SUS, geradas por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98, reconhecidos e provisões conforme normas da ANS. (ii) São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços, na data em que estas são apresentadas à operadora, em contrapartida com as contas de despesas de eventos conhecidos ou avisados. (iii) Representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor para operadoras de médio e grande porte, deve ser por metodologia própria baseada em cálculo e nota técnica atuarial encaminhada a ANS. A operadora, por meio de Nota Técnica Atuarial de metodologia própria encaminhada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constitui referida Provisão, cujo saldo em 31.12.2018 é de R\$ 1.638.577,36 (R\$ 2.561.582,86 em 31.12.2017). O período de cobertura do risco da totalidade dos contratos/benefícios da operadora inicia-se no primeiro dia e termina no último dia de cada mês, consequentemente não apresentando em seu passivo saldo de Provisão de Contraprestações Não Ganhas - PPCNG ao final de cada mês.

NOTA 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Representados por obrigações com Despesas de Comercialização de Planos (comissões a pagar) com saldo de R\$ 301.614,04 na data de 31.12.2017 (R\$ 263.447,82 em 31.12.2016).

NOTA 15. PROVISÕES Composto por Provisão de IRPJ e CSLL com saldo a pagar de R\$ 55.754,18 em 31.12.2018 (R\$ 0,00 em 31.12.2017).

NOTA 16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER - CURTO E LONGO PRAZO Estão representados por débitos de impostos, contribuições e encargos sociais atualizados de acordo com a legislação em vigor, sendo que parte encontra-se sob processos de parcelamento. No curto prazo estão registrados os débitos a vencer até o término do exercício seguinte e no longo prazo, débitos a vencer após o término do exercício seguinte. Em março de 2015 foi realizado o parcelamento ordinário do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de Abril de 2014 a Dezembro de 2014. Em Setembro de 2015 foi realizada a consolidação do Parcelamento lei 12.996/2014 com redução da dívida, sendo utilizado R\$ 184.038,73 do estoque de Prejuízo Fiscal. Em 2016 foram efetuados parcelamentos simplificados. Em 2017 foram efetuados parcelamentos especiais PERT.

Descrição	Custo Prazo		Longo Prazo	
	31.12.2018	31.12.2107	31.12.2018	31.12.2017
ISS a Recolher	33.900,39	35.612,92	-	-
INSS a Recolher	35.612,92	102.127,59	-	-
FGTS a Recolher	10.265,76	11.682,65	-	-
COFINS a Recolher	165.383,99	166.851,48	-	-
PIS a Recolher	26.874,90	11.425,77	-	-
CONTRIB SINDICAL a Rec				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião com Ressalva** O valor da Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC registrado pela operadora, visando atender as normas gerais do Plano de Contas Padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, está contabilizada a menor nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 248.421,98, cuja diferença se fosse contabilizada, geraria efeito negativo no resultado e no patrimônio líquido da operadora. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso avaliamos a

Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, o valor da Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC registrado pela operadora, visando atender as normas gerais do Plano de Contas Padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, está contabilizada a menor nas demonstrações contábeis no montante de R\$ 248.421,98, cuja diferença se fosse contabilizada, geraria efeito negativo no resultado e no patrimônio líquido da operadora. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso avaliamos a

apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante da fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornece-mos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Curitiba - Pr, 29 de março de 2019

CPN AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PR 005478/O-0 CLAUDINEY CARLOS DE OLIVEIRA Contador CRC-PR-028035/O-5